

Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado da Região Metropolitana de São Paulo – PDUI-RMSP

Ata da Audiência Municipal de Mobilização de Arujá Sub-região Leste

Data: 28 de junho de 2016

Local: Câmara Municipal

Rua: Rodrigues Alves, 51 - Centro - Arujá

Horário: 19h

Pauta: Esclarecimentos sobre o Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado da Região Metropolitana de São Paulo

- **Abertura pela Mesa**
- **Apresentação da Emplasa**
- **Debates**
- **Encerramento**

Representantes presentes

Institucionais

Prefeitura Municipal

Secretário Municipal de Planejamento de Arujá

Flavio de Senço

Câmara Municipal de Arujá

Vereador Gabriel dos Santos

Consórcio de Desenvolvimento do Municípios do Alto Tietê (Condemat)

Audrey Rodrigues

Emplasa

Letícia Roberta Trombeta

Fabiana Pereira Coelho

Luiz Carlos de Souza

Sociedade civil

Ver lista de presença

Abertura

A Câmara Municipal de Arujá sediou na noite da terça-feira, 28 de junho de 2016, mais uma audiência de mobilização do PDUI na Sub-região Leste da RMSP. O encontro

cumpriu plenamente o rito do PDUI, com apresentação breve do Estatuto da Metrópole e detalhes técnicos do plano regional imposto pelo mesmo a todas as regiões metropolitanas do Brasil, além dos instrumentos de participação da sociedade civil criados pela Emplasa (Empresa Paulista de Planejamento Metropolitano), especialmente a plataforma digital.

Fizeram parte da mesa o secretário de Planejamento, Flavio de Senço, o vereador e líder de governo Gabriel dos Santos, Audrey Rodrigues, representando o Condemat, e a técnica da Emplasa Letícia Roberta Trombeta.

Apresentação da Emplasa

- **Estatuto da Metrópole.**
- **O que é o PDUI.**
- **Processo de elaboração do PDUI.**
- **Processo participativo e constituição da instância deliberativa para aprovação do PDUI.**

Letícia iniciou a apresentação falando sobre as diretrizes gerais definidas pelo Estatuto da Metrópole para os PDUIs das regiões metropolitanas e aglomerações urbanas do país, seu histórico e prazos. Segundo ela, em vigor desde o ano passado, a lei federal determinou que cada uma das unidades territoriais metropolitanas aprove seus Planos até 2018, sob pena de sanção aos agentes públicos municipais e estaduais. Na sequência, foi exibido o vídeo institucional do PDUI criado pela Emplasa. Ela reforçou que a construção do PDUI será um processo permanente, com revisões a cada 10 anos, sempre com a participação da sociedade civil.

Os temas destacados na noite foram o saneamento básico e os recursos hídricos da Região do Alto do Tietê.

Debate

Valdir Abreu – Pergunta se a Emplasa tem como considerar a possibilidade de incorporar uma discussão nas regiões limítrofes entre Itaquá e Arujá, uma vez que há uma disputa com relação à arrecadação do IPTU que tem atrapalhado moradores e proprietários da região.

Letícia – Aponta que a Emplasa não tem nenhum poder para resolver essa questão. O que pode ser apontado dentro do PDUI é uma estratégia de uso do solo a ser melhor definida nos planos diretores de cada um dos municípios. Solicita que se faça uma proposta no site e lembra que a sociedade civil pode se fazer representar nas oficinas regionais.

Flávio de Senço – Solicita que Aldo também fale sobre sua experiência com relação a esta questão.

Audrey Rodrigues – Faz referência a outros bairros onde o IPTU é pago a uma prefeitura, mas as obras são realizadas por outra. Solicita, também, que seja feita uma proposta na plataforma digital do PDUI.

Cassio – Comenta que há outro problema específico com os bairros residenciais, onde a rede de esgoto é muito antiga e não há previsão da Cetesb de resolução do problema. Afirma que fará uma proposta na plataforma, mas questiona se ela tem possibilidade de ser acatada.

Letícia – Informa que a Sabesp é uma empresa estatal e que a questão do esgoto e da água é pertinente para o PDUI por ser um problema regional. Enfatiza a importância de a proposta ser feita na plataforma do PDUI.

Benedito – Complementa que há outro bairro na divisa com Santa Isabel cuja instalação de esgoto é insuficiente. Pergunta, também, se a segurança pública pode ser incluída no PDUI.

Letícia – Informa que as questões locais, de bairros, não podem ser contempladas pelo PDUI, pois seu enfoque é metropolitano. Diz que segurança pública, saúde e educação não entram como temas principais do PDUI, mas podem entrar com interfaces com outros temas. Destaca que isso se deve ao fato de não serem temas com dinâmica territorial.

Audrey Rodrigues – Informa que o Condemat também possui uma câmara de segurança pública. Aponta que há divisões territoriais na área da segurança pública que poderiam fazer parte da discussão do PDUI, embora não queira entrar nesse debate.

Benedito – Pergunta se as reuniões do Condemat são abertas ao público.

Audrey Rodrigues – Informa que os chefes de executivo do Condemat são escolhidos indiretamente pela população, ou seja, não é aberto ao público. Informa, porém, que, no caso do Condemat, todas as solicitações do público em geral são recebidas e analisadas. Pede que Benedito encaminhe ao seu e-mail sugestões e solicitações.

Leonardo Godoy – Afirma ser importante tratar a questão ambiental de forma regional. Afirma, também, que é preciso ampliar os parques ambientais. Aborda a questão do tratamento da água das bacias da região, uma vez que a mesma tem suas demandas específicas (a legislação ambiental não permite o tratamento da água).

Letícia – Informa que o GT de Meio Ambiente já trabalhou com a ideia de parques lineares nas áreas de proteção. Reforça que a questão da conservação ambiental tem que ser tratada e solicita que propostas sejam encaminhadas para a plataforma digital do PDUI. Sobre o saneamento, informa que por hora o que está sendo feito é o mapeamento dessas áreas.

Aldo Branco – Questiona como se planeja tratar a fiscalização com relação aos crimes ambientais na região. Afirma que o transporte é muito caro na cidade. Aponta uma debandada de indústrias da cidade e também debilidades na área cultural. Pergunta como se pretende tratar essas questões no PDUI.

Letícia – Destaca que tais questões têm mais a ver com políticas públicas municipais e que não há dados suficientes.

Gabriel dos Santos – Aponta que é preciso contratar mais fiscais ambientais. Que as indústrias se mudam, muitas vezes, por conflitos com questões legais de zoneamento, que têm a ver com a atividade exercida em determinado lugar. Pergunta se é possível mudar a Lei de Proteção aos Mananciais em pontos isolados, para garantir o desenvolvimento.

Letícia – Afirma que o PDUI não fará revisão da legislação. Porém, nos momentos avançados do PDUI, quando estiver sendo debatido na Assembleia Legislativa, poderá haver conflitos entre o Plano e as legislações locais e ambientais. Nesse ponto, será possível rever as leis e fazer ajustes para adequação de conflitos. O que a Emplasa fará é apontar conflitos entre os planos diretores municipais.

Gabriel dos Santos – Aponta que há conflitos, em especial em regiões limítrofes entre municípios, o que gera confusão, pois não há o mesmo tratamento para áreas de igual importância ao se cruzar os limites municipais. Destaca que a ideia não é afrouxar a lei, mas adequá-la a mudanças que surgiram na realidade dessas diferenças de tratamento legal e de preservação. Considera que um zoneamento regional será oportuno para estas adequações.

Flávio de Senço – Complementa a fala de Gabriel dos Santos com informações sobre as leis específicas dos mananciais.

Letícia – Reforça a percepção de que um zoneamento regional será a oportunidade para homogeneizar o tratamento que os municípios darão ao meio ambiente em seus Planos Diretores.

Flavio de Senço – Destaca que o Estatuto da Metrópole é uma ferramenta nova com este intuito, que data de 2015.

Audrey Rodrigues – Aponta o desejo do Condemat de que vereadores e sociedade civil possam participar ativamente do processo do PDUI. Destaca que há outras leis que dão prerrogativas aos municípios e que não podem estar em conflito com demandas regidas por outras legislações. Pede para que Letícia explique como é feito o cadastro dos órgãos públicos na plataforma e como o Legislativo pode participar mais ativamente.

Letícia – Informa que não há um caminho específico para membros do Legislativo, por isso eles podem acrescentar propostas diretamente na área reservada para o poder público.

Audrey – Informa que foram feitos alguns cadastros, ainda não foram aprovados no site, mas que deve ser uma questão momentânea, uma vez que outros consórcios já conseguiram.

Cidadão de Arujá – Pergunta se existe a possibilidade de a Emplasa trabalhar sobre um projeto que crie uma área industrial forte em Arujá.

Flávio de Senço – Informa que a Câmara de Arujá vai discutir este tema logo após o recesso.

Érika Alcântara – Pergunta quanto custa fazer um plano como esse. Pergunta se os mapas são baseados em dados do IBGE, ou se estão baseados em estimativas, quantas pessoas trabalham em sua elaboração, quem paga por isso, se o levantamento de dados é feito *in loco*. Pergunta se as pessoas têm um retorno com relação às propostas encaminhadas para a plataforma do PDUI. Também pergunta se é possível incluir um pagamento de “royalties” para os municípios que possuem parques estaduais que são fornecedores de água.

Letícia – Informa que não há um valor exato de quanto o Plano está custando, mas que o mesmo é custeado pelo Governo do Estado de São Paulo, via Emplasa. Com relação aos mapas de índices de vulnerabilidade social, informa que as metodologias são desenvolvidas pela Fundação Seade e os mapas elaborados em 2014. Informa que não é possível totalizar um número exato de pessoas trabalhando no projeto, uma vez que há profissionais de diversas prefeituras e repartições envolvidos, mas que, do ponto de vista dos quadros da Emplasa, há uma equipe multidisciplinar atuando, composta por geógrafos, arquitetos, urbanistas e sociólogos, entre outros. Aponta que parte dos dados depende de órgãos de pesquisa dos municípios, mas o grosso das informações é retirado dos Planos Diretores. Com relação aos parques fornecedores de água, informa que é um tema recorrente em outras audiências. Aponta que há uma série de propostas chegando à plataforma abordando o pagamento pela produção de água limpa. Destaca que há propostas questionando quem pagará por isso e como, embora seja uma questão importante, inclusive para valorizar os municípios nessa condição. Informa, ainda, que as propostas encaminhadas à plataforma digital não terão *feedback* particular para quem fez a proposta. Mas que serão amplamente debatidas nas oficinas, daí a importância da participação nas oficinas.

Audrey Rodrigues – Pergunta se haverá mais de uma oficina por região.

Letícia – Informa que haverá apenas uma.

Vereador Castelo – Aponta que, especialmente nas regiões limítrofes de Arujá, há um problema com o tratamento do esgoto, embora o serviço seja, em geral, pago pelo contribuinte. Destaca que o Plano será a ferramenta adequada para resolver o problema nas regiões limítrofes.

Gabriel dos Santos – Reitera que há realmente questões de zoneamento que deverão ser tratadas e que estão incluídas, assim como a questão do esgoto, na

discussão do planejamento. Reforça a ideia de que há disparidades entre a forma como um município e seus vizinhos tratam as questões relativas ao planejamento e às legislações urbana e ambiental.

Flávio de Senço – Informa sobre as próximas audiências de mobilização nos municípios vizinhos e destaca a importância da participação nas audiências para ouvir o lado de lá.

Letícia – Afirma que não sabe quanto tempo tem o Plano Diretor de Arujá, mas que, nas oficinas regionais, também haverá espaço para dirimir as questões com relação aos macrozoneamentos do PDUI e aos conflitos nas regiões limítrofes, o que já poderá sugerir as próximas alterações do Plano Municipal.

Flávio de Senço – Informa que o Plano Diretor de Arujá foi atualizado em 2007 e que deverá ser revisto, de acordo com a lei, em 2017. Destaca que o processo do PDUI já poderá ser aproveitado para a inserção e atualização do Plano Diretor de Arujá.

Vereador Castelo – Aponta a discordância temporal entre os mandatos legislativos e o tempo do Plano, lembrando que não se sabe se os mesmos vereadores estarão em exercício no momento de definição do novo Plano Diretor.

Flávio de Senço – Acredita que há chances de isso acontecer.

Encerramento

Para encerrar, reforçou-se que as oficinas de trabalho e as audiências regionais serão marcadas ao longo deste ano, para que se chegue ao último trimestre com propostas claras e pactuadas por todos, a fim de que se proponha à Assembleia Legislativa paulista um Projeto de Lei realmente consistente e representativo dos anseios da população dos 39 municípios da Região Metropolitana de São Paulo.